

# *Superior Tribunal de Justiça*

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.555.138 - DF (2019/0233362-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**AGRAVANTE** : **ADELMO ZANCANARO**  
**ADVOGADOS** : **BRUNO LADEIRA JUNQUEIRA - DF040301**  
**NATHANIEL VICTOR MONTEIRO DE LIMA - DF039473**  
**KALLYDE CAVALCANTI MACEDO - MG140676**  
**MARIA DÉ CARLI ZISMAN - DF056340**  
**LEANDRO DE CARVALHO SOUZA - BA038629**  
**THIAGO SIQUEIRA BAZILIO DE SOUZA - DF054650**  
**LORENA RIBEIRO PALHETA FREDERICO - DF059284**  
**AGRAVADO** : **CEB DISTRIBUICAO S.A**  
**ADVOGADO** : **GERSON DANTAS VIEIRA E OUTRO(S) - DF056704**

## **EMENTA**

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. BLOQUEIO DE VALORES VIA BACENJUD. EXISTÊNCIA DE SOBRA DE PROVENTOS DE APOSENTADORIA. REVISÃO. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. SIMILITUDE FÁTICA AFASTADA PELA INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

## **DECISÃO**

Cuida-se de agravo interposto por Adelmo Zancanaro contra a decisão de fls. 121-122 (e-STJ), proferida em juízo provisório de admissibilidade, na qual foi negado seguimento ao recurso especial.

O recurso especial foi deduzido em desafio ao acórdão de fls. 71-77 (e-STJ), prolatado pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSO CIVIL. BLOQUEIO DE VALORES VIA BACENJUD. PROVENTOS DE APOSENTADORIA. IMPENHORABILIDADE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO. SALDO REMANESCENTE DE MESES ANTERIORES. POSSIBILIDADE. A regra contida no artigo 833, inciso IV, do Código de Processo Civil, pode ser mitigada, em certos casos, a fim de emprestar efetividade ao processo de execução. É razoável que se mantenha a penhora realizada sobre valores depositados em conta corrente do devedor, quando não há demonstração de que recaiu unicamente sobre proventos ou, ainda,

# *Superior Tribunal de Justiça*

que não correspondam a saldo remanescente das remunerações dos meses anteriores, o que descaracteriza a natureza alimentar.

Nas razões do recurso especial (e-STJ, fls. 91-97), apontou o insurgente, além de dissídio jurisprudencial, a existência de violação do art. 833 do Código de Processo Civil de 2015. Sustentou, em síntese, a inexistência de sobra de recursos, que retire do saldo em conta o caráter alimentar.

Contrarrazões às fls. 114-117 (e-STJ).

A Corte de origem deixou de admitir o recurso sob os seguintes fundamentos:

a) incidência das Súmulas 7 e 83/STJ; e b) não comprovação do dissídio jurisprudencial.

Daí o presente agravo, no qual o insurgente contesta a aplicação dos óbices.

Sem contraminuta (e-STJ, fl. 137).

Brevemente relatado, decido.

Presentes os pressupostos de admissibilidade do agravo, passo ao exame do recurso especial.

Contrariamente à tese do recorrente e com base em todo o acervo fático-probatório, concluiu o Tribunal local pela existência de sobra de recursos em conta bancária, o que retira o caráter alimentar do valor excedente.

Veja-se à fl. 76 (e-STJ):

Entretanto, dos extratos bancários que acompanham a presente insurgência, relativos ao período de 20/12/2017 a 19/06/2018, depreende-se que naquela data inicial o agravante possuía na conta corrente nº 41963-X, Agência 0826-5, vinculada ao Banco do Brasil, o valor de R\$5.031,95, havendo, no entanto, ao longo dos meses subsequentes, preservação de montante considerável, a despeito da realização de diversas despesas, de modo que a ordem de bloqueio determinada pelo Julgador de origem, em 11/06/2018, restou integralmente cumprida, recaindo sobre a cifra de R\$3.261,40 (IDs 26165646 - págs.2/10 e 6165635 - págs. 31 e 42).

E certo que devem ser preservados os recursos destinados à sobrevivência do devedor e ao sustento de sua família; contudo, também devem ser prestigiados os princípios constitucionais da efetividade e da celeridade processual, para assegurar o alcance da tutela jurisdicional.

Nessa senda, considerando a sobra salarial identificada nos meses anteriores a junho de 2018, mostra-se forçoso concluir que tais verbas perderam a natureza alimentar que lhes era peculiar. E, diante desse cenário, verifica-se que somente o montante de R\$954,00, depositado

# Superior Tribunal de Justiça

em 05/06/2018, a título de benefício previdenciário de aposentadoria, remanesce com tal característica.

Com isso, pela análise de mérito, infere-se que a penhora recaiu sobre valores considerados de natureza salarial, no que tange especificamente ao benefício previdenciário creditado em 06/2018, os quais, como dito, estão sob o manto da impenhorabilidade, devendo ser acolhido parcialmente o pleito recursal, mantendo-se a concessão do pedido liminar relativamente a tal ponto.

Sendo assim, para o acolhimento do recurso, seria imprescindível derruir a conclusão contida no *decisum* atacado, o que, forçosamente, demandaria nova incursão no conjunto fático-probatório, incidindo, na espécie, a Súmula 7 deste Tribunal Superior a impedir o conhecimento do recurso especial.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. DANOS MORAIS E MATERIAIS.

MÓVEIS PLANEJADOS. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. SÚMULA N. 7/STJ.

1. Inviável a análise do recurso especial quando dependente de reexame de matéria fática da lide (Súmula n. 7 do STJ).

2. Agravo regimental a que se nega provimento.

(**AgRg no REsp 1.253.840/SP**, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 08/09/2015, DJe 21/09/2015).

Importante consignar que esta Corte Superior tem entendimento no sentido de que a incidência da Súmula 7/STJ impede o exame de dissídio jurisprudencial, na medida em que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto, com base na qual deu solução à causa a Corte de origem.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. SUBSTABELECIMENTO. INTIMAÇÃO DO SUBSTABELECENTE. AUSÊNCIA DE REQUERIMENTO. PROPÓSITO INEQUÍVOCO DE TRANSFERIR O ACOMPANHAMENTO DA DEMANDA. SÚMULA 07/STJ.

(...)

7. Nesse contexto, em consonância com a judiciosa opinião estampada no parecer ministerial, incide a Súmula 07/STJ, o que também impede o exame da divergência jurisprudencial na medida em as peculiaridades do caso concreto, decisivas à solução conferida pela Corte de origem, não possuem identidade com os paradigmas trazidos

# *Superior Tribunal de Justiça*

à colação.

8. Recurso especial não conhecido.

(**REsp 1.186.481/AC**, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/05/2010, DJe 02/06/2010);

ADMINISTRATIVO. SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ÁGUA. AUSÊNCIA DE OMISSÃO NO ACÓRDÃO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. OCORRÊNCIA DE DANO MORAL REPARÁVEL. PRETENSÃO DE REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ.

1. Rever entendimento do Tribunal de origem que, com base nos elementos de convicção do autos, afasta a ocorrência de dano moral reparável demanda o revolvimento do arcabouço probatório dos autos, inviável em recurso especial, dado o óbice da Súmula 7 desta Corte.

2. A incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, porquanto falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto, com base na qual a Corte de origem deu solução a causa.

Agravo regimental improvido.

(**AgRg no Ag 1.160.541/RJ**, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/10/2011, DJe 04/11/2011).

Diante do exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se.

Brasília, 06 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator